Identidade e Etnia

ROQUE DE BARROS LARAIA

O livro de Brandão* foi originariamente escrito para fazer parte de uma coleção, imaginada por Júlio Cezar Melatti, com a finalidade de proporcionar material didático adequado aos estudantes dos cursos de graduação em Ciências Sociais, mais especificamente em Antropologia.[1] Daí o seu caráter didático que possibilita o preenchimento de uma lacuna na ainda escassa bibliografia, em língua portuguesa, colocada à disposição dos estudantes e interessados em Antropologia. Assim é que este livro deve ser pensado: como escrito mais para um público de leigos do que para profissionais. E este é justamente o seu principal mérito, o de ser capaz de traduzir para uma linguagem mais acessível o produto de várias pesquisas realizadas sobre os índios brasileiros, principalmente no que se refere ao contato interétnico.

O autor confessa nunca ter estado entre os índios mencionados, mas omite o fato de que não é um estranho ao tema, pois o esquema teórico utilizado nas pesquisas sobre os índios foi o mesmo utilizado por Brandão para estudar o relacionamento entre negros e brancos em Goiás Velho. O resultado dessa sua pesquisa foi uma tese de mestrado, defendida na Universidade de Brasília e mais tarde transformada em livro (1977). O conhecimento teórico adquirido então permitiu a realização do trabalho atual, enriquecido pela experiência didática acumulada pelo autor em sua carreira docente, sendo atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas.

---

1. A desistência da Editora Universidade de Brasília de publicar a referida coleção fez com que os volumes da mesma se dispersassem por várias editoras. Além deste livro foram publicados: RAMOS, 1986; OLIVEN, 1985 e LARAIA, 1986.

* BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1986. *Identidade e Etnia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 173 pp.

Anuário Antropológico/86
Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1988

Quem realiza um trabalho desta natureza sabe que o importante é selecionar alguns tópicos que sejam, ao mesmo tempo, significativos do ponto de vista teórico ou etnográfico e dotados de valor didático, ou seja, textos que explicitem facilmente o que se pretende demonstrar. Parodiando Lévi-Strauss, poderíamos dizer: "textos que são bons de ser aprendidos". Não resta dúvida que a seleção realizada pelo autor preenche este objetivo.

Brandão inicia o livro discutindo o conceito de pessoa, tema que tem merecido uma grande atenção por parte da moderna antropologia brasileira, principalmente após a realização, em 1978, no Museu Nacional, de um simpósio sobre "A Construção da Pessoa nas Sociedades Indígenas". É a partir de então que surgem estimulantes trabalhos que utilizam os *"insights"* de Marcel Mauss sobre o assunto. No capítulo "Papéis, Personagens e Pessoas", o autor retoma a discussão de Mauss e a utiliza com os exemplos de Maria Manuela Carneiro da Cunha sobre os índios Krahô (1979). A sua preocupação é responder questões tão cruciais como "o que é a pessoa?" Na busca desta resposta, remete o leitor aos autores da escola antropológica americana denominada "Cultura e Personalidade", na qual, através de uma de suas figuras exponenciais (Margaret Mead), a idéia de pessoa está fortemente associada à experiência social vivida pelo indivíduo. Mas, como já dissemos, é em Marcel Mauss que busca a fundamentação necessária para o seu trabalho. Mostra-nos, então, como Mauss discute o fato de que "a idéia de pessoa não é inata no espírito humano, é uma produção social". Uma produção social, que, como tal, difere de uma sociedade para outra e pode mesmo nem existir. Através da leitura que faz de Mauss pode o leitor começar a entender a difícil diferença que existe entre o indivíduo e a pessoa. Pode também entender como o processo de diferenciação ocorre a partir das máscaras rituais que determinavam os papéis sociais, confundindo, com uma única pessoa, os usuários das mesmas máscaras, confusão esta que culmina com a construção jurídica do conceito de pessoa e, mais especificamente, de cidadão. É o momento da libertação da dominação do clã que a todos iguala através da conquista dos direitos individuais. Em Roma, isto só se torna possível com o triunfo da *pólis*.

Teria sido bastante interessante se Brandão tivesse incorporado em seu texto a discussão de Dumont (1985) sobre sociedades que podem ser classificadas como holistas ou individualistas. Pois é esta dicotomia que tem o poder de clarificar, ainda mais, a discussão iniciada por Mauss. Em uma sociedade holista há uma valorização da totalidade social e uma negligência a respeito do indivíduo. A sociedade individualista é exatamente o contrário, pois

privilegia o indivíduo, que se apresenta como uma forma de pessoa mais consciente de seus direitos e, principalmente, de sua unicidade.

Do conceito de pessoa Brandão chega ao de identidade. O título do segundo capítulo sugere ao leitor que esta passagem se faz através dos nomes ("Os nomes sociais dos tipos de pessoa: a identidade"). Mas neste ponto fica-se frustrado, porque apenas a metade da página 35 está dedicada a um tema com o qual o leitor comum tem pouca familiaridade. É verdade que a antropologia social tem produzido uma grande quantidade de excelentes trabalhos sobre nominação, mas estes trabalhos referem-se às mais diferentes sociedades e geralmente fazem parte de textos que são considerados herméticos para os leitores leigos. O início do capítulo chegou mesmo a dar a impressão de que o tema seria tratado de uma maneira simples e dentro do nosso próprio universo social, o que teria sido bastante interessante.

O conceito de identidade passa então a ser discutido. Diferentes pessoas compartilham de uma mesma identidade étnica. É a este tipo especial de identidade que o livro se refere. Convém lembrar – como faz o autor – que este conceito, em sua forma mais abrangente, já era utilizado pela filosofia e psicologia muito antes da antropologia.

No caso brasileiro, foi somente na década de 70, a partir dos trabalhos de Roberto Cardoso de Oliveira, que o conceito de identidade associado ao de etnia passou a ser usado mais sistematicamente, tornando-se um instrumento analítico útil para explicar as relações decorrentes do contato entre grupos sociais extremamente diferenciados, como as sociedades indígenas e as diferentes frentes de expansão da sociedade nacional. Tal conceito, como todos sabem, mostrou-se muito mais eficaz para explicar os fenômenos referentes ao contato do que o anacrônico conceito de raça que privilegiava mais as diferenças biológicas do que as históricas e culturais.

No terceiro capítulo, utiliza-se de cinco histórias de contatos interétnicos, a partir dos dados de pesquisas realizadas por Roberto Cardoso de Oliveira, entre os Terena (sul do Mato Grosso) e Tukuna (noroeste Amazônico); de Júlio Cezar Melatti, entre os Krahô (norte de Goiás); de Roberto Da Matta, entre os Gaviões (sudeste do Pará); e de Roque de Barros Laraia, entre os Asurini (médio Tocantins). É interessante lembrar – o autor não o faz – que todas estas cinco pesquisas fizeram parte de um mesmo projeto "Estudos de Áreas de Fricção Interétnica no Brasil", coordenado por Roberto Cardoso de Oliveira, que proporcionou a realização de diversos trabalhos de campo na década de 60. E não resta dúvida de que foi a partir das reflexões decorrentes da análise do material produzido pelo projeto, que Cardoso de Oliveira começou a se

preocupar com o conceito de identidade étnica. Assim, entende-se porque Brandão dedicou justamente este livro ao seu antigo professor.

Antes de iniciar com as "cinco histórias" o autor faz referências aos diferentes tipos de frentes pioneiras da sociedade nacional, seguindo um esquema elaborado por Darcy Ribeiro, em 1957. Decorridos 30 anos do trabalho de Ribeiro, devemos concordar com Brandão quando afirma que "hoje em dia os nomes e tipos de frentes precisam ser revistos" (:58). O autor poderia ter acrescentado às suas justificativas sobre a necessidade desta revisão o fato de Ribeiro ter considerado a "frente extrativista" como a menos nociva para as sociedades indígenas. Isto porque tais frentes não se interessavam em conquistar novas terras e nem em transformar o índio em mão-de-obra barata. Ribeiro estava certo quando fez tais ponderações, porque então a "frente extrativista" era constituída de garimpeiros isolados, caçadores de peles e extratores de castanha ou de borracha, perdidos na imensidão da floresta. Hoje a situação é bem diferente. A "frente extrativista" tornou-se muito ameaçadora, envolvendo milhares de homens, máquinas pesadas e gigantescos capitais. Os seus tentáculos já se estendem em numerosas reservas indígenas, sob o beneplácito da FUNAI. Poderosos órgãos de imprensa estão mobilizados para defender a atuação das mineradoras e esconder a sua ação predadora (como, por exemplo, o envenenamento dos rios) sob a cortina de fumaça de acusações fantasiosas. Defender os interesses dos índios pode acarretar a acusação de envolvimento em uma trama internacional para impedir que o Brasil se utilize de suas riquezas minerais. É óbvio que tal acusação não se refere a uma "trama internacional comunista", tão referida nos jargões repressivos da década de 70, pois isto seria incompatível com o discurso da Nova República. Mas agora, como antes, tornou-se comum ouvir que "o índio não pode ser um obstáculo ao desenvolvimento nacional".

Os cinco casos escolhidos por Brandão têm a capacidade de fornecer ao leitor uma idéia bem diversificada das situações de contato entre índios e brancos no Brasil. Os Terena ajudam a compreender uma longa história que resultou na urbanização de um significativo contingente da população indígena. É a história de uma das poucas sociedades indígenas segmentadas que entrou em contato com o branco no decorrer da Guerra do Paraguai. A seguir, passou por um longo período de desorganização seguido por uma fase de realdeamento e, finalmente, teve deslocada uma parte da população para centros urbanos (Campo Grande, Aquidauana, Miranda, etc.). Este processo de urbanização não significa, entretanto, o repúdio da identidade étnica e de muitos de seus padrões tradicionais.

Os Krahô também têm uma longa história de contato, pois lutaram ao lado dos brasileiros na Guerra da Independência. Destacam-se, entretanto, por um forte apego às suas tradições, dando a impressão de um contato recente. Foram envolvidos pela "frente pastoril" que transformou os seus campos de caça em pastagens. Envolveram-se em muitos conflitos com os criadores e uma das conseqüências dessas disputas foi um importante movimento messiânico.

Os casos Gaviões e Asurini referem-se a dois dramáticos processos de contato com a "frente extrativista" de castanha-do-pará, que num dado momento ameaçou a sobrevivência biológica dos dois grupos. Ambos foram "pacificados" na década de 50 e as causas que os levaram a aceitar a aproximação dos brancos foram revezes sofridos em lutas intestinas.

Finalmente, os Tukuna são membros de uma sociedade bastante numerosa que foi envolvida pelo extrativismo da borracha. Muitos Tukuna foram reduzidos a um regime de trabalho escravo que perdurou até muito recentemente.

Apesar do valor didático da apresentação destes casos, existe um problema de temporalidade que não poderíamos deixar de mencionar. Mais de um quarto de século transcorreu desde que as pesquisas foram realizadas. Achamos que o autor deveria ter alertado o leitor para esta questão de uma maneira mais enfática, pois limitou-se, na Introdução, a referir-se às novas pesquisas e ao fato de que "raras foram as publicadas até hoje como artigo e livro e, portanto, o acesso a muitos trabalhos importantes é provisoriamente difícil".

É necessário ter presente o lapso de tempo, pois o leitor corre o risco de se sentir confuso ao comparar as informações que recebe do livro com as que recebe quotidianamente. Como exemplo, citaríamos os Gaviões que não estão mais no local pesquisado por Da Matta, na década de 60. Hoje, ocupam o rico castanhal de Mãe Maria, onde conseguiram o controle da exploração da castanha. Graças às indenizações obtidas pela utilização de parte de seu território para a construção de uma linha de transmissão, passaram a viver de investimentos financeiros. Tal fato alterou a própria estrutura social de forma que se pode antever o início de um processo de estratificação.

É muito oportuno, considerando o público a que o livro se destina, o capítulo seguinte que trata do "sentimento de ser e de permanecer índio". É quando fica bem claro o que é de fato uma identidade étnica, constantemente confundida pelos leigos com uma etapa da evolução ou um grau de instrução. "Ser índio" não é um estado de espírito, como pensavam os elementos de um certo movimento alternativo. É uma forte vinculação com um dado sistema

social. Como diz o autor, não é uma coisa dada, "ao contrário, são construções, são realizações coletivas motivadas, impostas por alguma ou algumas razões externas e internas ao grupo, mas sempre e inequivocamente realizadas como um trabalho simbólico dele, *em* sua cultura e *com* a sua cultura" (:110).

O caráter constrativo da identidade étnica é bem demonstrado pelo autor porque, como todos sabem, a necessidade de uma afirmação étnica só existe quando surgem os outros. "Ser índio" só faz sentido diante do confronto interétnico. Antes de se definirem como Terena, esses índios se identificavam como Xumonó ou Sukirikionó, nome das metades que dividiam o grupo. A identificação étnica somente era invocada quando necessária, ou seja, diante de outro grupo indígena ou do branco.

Enfim, o livro de Brandão é extremamente didático, como bem pretendeu o autor, e a sua divulgação é importante para que os leitores tenham um esclarecimento adequado a respeito de um tema bastante atual.

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, Carlos R. 1977. *Peões, Pretos e Congos.* Brasília: Editora Universidade de Brasília.

———. 1986. *Identidade e Etnia.* São Paulo: Editora Brasiliense.

CARNEIRO DA CUNHA, M.M. 1979. De Amigos Formais e Pessoas; de Companheiras, Espelhos e Identidades. *Boletim do Museu Nacional.* 72.

DUMONT, Louis. 1985. *O Individualismo: Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna.* Rio de Janeiro: Rocco.

LARAIA, Roque de Barros. 1986. *Cultura: Um Conceito Antropológico.* Rio de Janeiro: Zahar.

MELATTI, Júlio Cezar. 1972. *O Messianismo Krahô.* São Paulo: Editora Herder/EDUSP.

OLIVEN, Ruben. 1985. *Antropologia dos Grupos Urbanos.* Petrópolis: Vozes.

RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades Indígenas.* São Paulo: Ática.